DEPÓSITOS JUDICIAIS E O DIREITO À PROPRIEDADE: BREVES COMENTÁRIOS À LUZ DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 21.720/2015

Paulo Henrique Vilela Balbino

O contrato de depósito está previsto nos artigos 627 a 652 do Código Civil (Lei nº 10.406/02). Pressupõe relação jurídica entre o depositário e depositante, eis que conferida ao primeiro a guarda de objeto móvel por prazo certo e determinado, ou até que seja reclamado pelo depositante. Esses depósitos podem ser divididos em duas categorias: voluntários e necessários.

Os depósitos voluntários são aqueles realizados por livre vontade das partes, como os depósitos bancários e depósitos de carros em estacionamentos pagos. Os depósitos necessários independem da vontade das partes, não se pautando no quesito confiança. São efetuados por obrigação legal ou realizados em razão de calamidade, incêndio, inundação, naufrágio ou saque.

Tal classificação, contudo, não possui equivalência com os depósitos judiciais. Doutrina e jurisprudência confirmam que essa categoria não se encaixa nos depósitos necessários, nem nos depósitos voluntários, uma vez que é originário de ordem judicial, fugindo tanto da convenção das partes da modalidade voluntária, quanto da imposição legal atinente à modalidade necessária.

Fato é que, para todos os depósitos, inclusive os judiciais, vigora a máxima de que quem detém a coisa, detém a responsabilidade por cuidar, mas não o direito de usufruir do bem. Essa compreensão leva a entender uma das justificativas para a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 21.720/2015, do Estado de Minas

Gerais, que autorizou a a transferência dos recursos oriundos de depósitos judiciais para o Poder Executivo.

Isso porque, consoante defendido pelo Ministério Público Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5353, a legislação viola o direito de propriedade previsto no art. 5º e 170, II da Constituição Federal, senão vejamos:

Destinar recursos de terceiros, depositados em conta à disposição do Judiciário, à revelia deles, para custeio de despesas ordinárias do Executivo e para pagamento de dívidas da Fazenda Pública estadual com outras pessoas, constitui apropriação do patrimônio alheio, com interferência na relação jurídica civil do depósito e no direito de propriedade dos titulares dos valores depositados, sob a forma de empréstimo compulsório velado. (p. 14)

Ao julgar o mérito dessa ação, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a impossibilidade do Poder Público realizar gastos com ingressos meramente transitórios. Justamente por invadir competência privativa da União e ofender direito de propriedade dos jurisdicionados. Confirmam-se passagens do voto proferido pelo Ministro Alexandre de Moraes, publicado em 06.07.2020:

De fato, é assente o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que leis estaduais que autorizem e regulem a transferência de recursos financeiros depositados em juízo para o Poder Executivo incorrem em inconstitucionalidade formal, por usurpação da competência da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I, da CF) e para editar normas gerais sobre direito financeiro (art. 24, I, da CF), em detrimento do direito de propriedade dos jurisdicionados.

(...)

A Lei 21.720/2015, de modo semelhante a tantas outras legislações estaduais trazidas ao crivo do Supremo, regulou a transferência de montantes oriundos de depósitos judiciais, ou seja, numerários de titularidade de particulares, consignados em juízo. Como visto, a norma impugnada permite que, mesmo depósitos realizados em ações nas quais litigam apenas particulares, sem a interferência do Poder Público, também sejam objeto de transferência para o Poder Executivo.

Naturalmente, a transferência desses recursos para a Fazenda Pública ameaça a garantia de proveito futuro do objeto litigioso em favor da

parte vitoriosa na ação judicial, o que diz respeito às garantias processuais de todos os jurisdicionados, tema afeito ao direito processual, de competência privativa da União.

De fato, em respeito às finanças públicas, já debilitadas em função da calamidade e emergência de saúde pública ocasionada pela COVID-19, admitiu-se a modulação dos efeitos da inconstitucionalidade da norma para preservação dos efeitos e liquidez dos depósitos judiciais custodiados pelo Estado de Minas Gerais antes da suspensão cautelar realizada pelo STF, em 29.10.2015.

No entanto, a despeito das circunstâncias excepcionais ponderadas pela Corte em vista do interesse público, o que se conclui é que não há como editar normas contrárias à natureza específica dos bens jurídicos protegidos. Os depósitos, independentemente de sua modalidade, constituem contratos reais e, como tal, não possuem o condão de alterar a propriedade do bem.

Cabe ao depositário apenas a tomada de decisões para melhor preservação do bem depositado, não podendo dele usufruir como bem entender, razão pela qual a possibilidade de utilização de recursos por parte do Estado de Minas Gerais, que não são de sua propriedade, foi declarada inconstitucional.

BELO HORIZONTE

Avenida Raja Gabaglia, 1001 - Pilotis II
Luxemburgo - Belo Horizonte - MG
31 2534.1333

BRASÍLIA

SAUS Quadra 1 - Bloco N - Sala 303
Edifício Libertas - Brasília - DF
61 3226.6172

www.srst.com.br

SÃO PAULO

Rua Maestro Cardim, 377, Conj. 35
Bela Vista - São Paulo - SP
11 3141.0689